

04 ABR 1990

Governo manterá ensino gratuito

JORNAL DO BRASIL

Brasília — Jamil Bittar

BRASÍLIA — O ministro da Educação, Paulo Renato, vai retirar da proposta de emenda à Constituição, que tramita na Câmara dos Deputados, o dispositivo que estabelece critérios para a gratuidade do ensino público em todos os níveis. A proposta do governo, segundo a União Nacional dos Estudantes (UNE) abre brechas para a apresentação de emendas voltadas para o fim das universidades gratuitas.

A decisão foi tomada durante encontro, no gabinete do ministro, com uma comissão formada pelo presidente da UNE, Orlando Silva Júnior, e dos deputados Lindberg Farias (PC do B-RJ) e Esther Grossi (PT-RS), acompanhados também pelo presidente da União Brasileira de Ensino Secundário (Ubes), Kerisson Lopes.

Emenda — “O que a Lei não proíbe, a Lei permite, e já existe uma emenda, do deputado Paulo Bornhausen (PFL-SC), que propõe o fim do ensino superior gratuito”, alertou o presidente da UNE. A UNE defende a manutenção do texto atual da Constituição, que fixa o princípio da gratuidade do ensino público “em estabelecimentos oficiais”.

A boa vontade do ministro, no entanto, se restringe a esse assun-



Paulo Renato (E) discute mudanças com Orlando Silva (C), presidente da UNE, e Lindberg Farias

to. A comissão apresentou também uma série de reivindicações contra outras propostas do governo federal para a educação, que Paulo Renato se recusa a aceitar.

A principal delas é a modificação do artigo que trata da criação do Fundo de Valorização do Ma-

gistério, que receberá 15% da receita dos estados e municípios para educação e determina que sejam gastos anualmente pelo menos R\$ 300 por aluno.

Para o deputado Lindberg Farias, a redistribuição dos recursos vai cair como uma bomba no en-

sino dos grandes centros urbanos, onde chegam a ser gastos até R\$ 1.000 por aluno a cada ano. “O governo deveria manter esses gastos nas grandes cidades e suplementar o que falta dos municípios mais pobres, como os nordestinos”, afirmou ele.